

Superendividamento e crise econômica do novo coronavírus: impactos nas mulheres do litoral do Paraná

Over-indebtedness and economic crisis caused by the new coronavirus: impacts on women on the coast of Paraná

Adilson Anacleto *

Fernanda carvalho soares **

Natalia de França Femenias ***

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.009>

Depositphotos/jfsfoto



RESUMO

Com o objetivo de compreender melhor o cenário atual, este artigo investigou os impactos econômicos da pandemia de coronavírus sobre as mulheres do litoral paranaense. Para isso, nós fizemos uma pesquisa exploratória descritiva com 221 mulheres, entre maio e julho de 2020. A pesquisa mostrou que a pandemia teve diversas consequências na vida dessas mulheres. No campo psicológico, por exemplo, as entrevistadas relataram um alto grau de ansiedade, medo, estresse e insônia. Esses problemas foram desencadeados pelo distanciamento social e pela incerteza em relação ao futuro. Em muitos casos, os problemas psicológicos podem ter gerado um aumento do consumismo, o que pode ter contribuído para o endividamento dessas mulheres. 38,9% das entrevistadas disseram ser as principais responsáveis pela renda familiar, enquanto 39,9% se declararam endividadas. Mulheres divorciadas apresentaram a maior média de endividamento. A escolaridade também é um fator a ser considerado, já que nós observamos que o endividamento compromete menos a renda de mulheres com maior escolaridade. O estudo também revelou que apenas 19,5% das mulheres entrevistadas possuíam algum tipo de controle formal das dívidas. Por isso, nós concluímos que o uso de ferramentas básicas de planejamento econômico pode ser uma alternativa para reduzir os níveis de endividamento entre as mulheres entrevistadas.

Palavras-chave: Dívidas. Consumo. Consumismo. Coronavírus. Gastos excessivos.

ABSTRACT

In order to better understand the current scenario, this article investigated the economic impacts of the coronavirus pandemic on women from the coast of Paraná. For this, we did an exploratory descriptive research with 221 women, between May and July 2020. The research showed that the pandemic had several consequences in the lives of these women. In the psychological field, the interviewees reported a high degree of anxiety, fear, stress and insomnia. These problems were triggered by social distance and uncertainty about the future. In many cases, psychological problems may have generated an increase in consumerism, which may have contributed to the indebtedness of these women. 38.9% of the interviewees said they were the main breadwinner of their houses, while 39.9% declared themselves indebted. Divorced women had the highest average debt. Schooling is also a factor to be considered, since we observed that indebtedness compromises less the income of women with higher education. The study also revealed that only 19.5% of the women interviewed keep some kind of formal debt control. Therefore, we concluded that the use of basic economic planning tools can be an alternative to reduce the levels of indebtedness among the women interviewed.

Keywords: Debts. Consumption. Consumerism. Coronavirus. Excessive spending.

1. INTRODUÇÃO

A história revela que desde a Antiguidade a mulher sofreu a imposição referente à atividade de organização doméstica, dedicação em prol dos filhos e cega obediência ao homem (SPINDOLA; SANTOS, 2003). Essa situação durante séculos foi imposta às mulheres. Porém, durante o processo da Revolução Industrial, ocorreu a falta de mão de obra masculina devido ao surgimento de elevado número de indústrias. Diante dessa condição, os industriais não tiveram alternativas a não ser a empregabilidade feminina. Iniciava-se assim um importante movimento em que as mulheres abandonavam a função exclusiva de desenvolvedoras de atividades domésticas e assumiam funções nas atividades produtivas extraluar (SILVA; AMAZONAS; VIEIRA, 2010). Assim, com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão de obra feminina foi transferida para as fábricas, e a inserção da mulher no mercado de trabalho alterou o quadro de dependência acentuada e submissa em relação ao gênero masculino nas questões sociais e econômicas (SPINDOLA; SANTOS, 2003).

A partir da Primeira e Segunda guerras mundiais, com a presença dos homens nos campos de batalha, ocorreu a ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho, e, com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, algumas leis, ainda que de forma incipiente, passaram a beneficiar as mulheres. Ainda assim, o papel da mulher perante a sociedade e a comunidade a que ela pertencia ia se modificando lentamente (SILVA; AMAZONAS; VIEIRA, 2010). Ocorria de forma acentuada a desigualdade de tratamento em uma sociedade essencialmente machista, que impunha à condição feminina menores salários para a realização das mesmas atividades que as desenvolvidas por homens, ainda que o resultado da atuação das mulheres fosse de qualidade e eficiência similares às masculinas (BLAY, 2003).

A mulher, com persistência, passou a ocupar espaços fora do lar, no entanto essa conquista não a eximiu das antigas atribuições sociais no tocante à educação diária dos filhos, tarefas domésticas e inclusive cuidados com o marido, infligindo-se a ela a execução de múltiplas atividades de forma simultânea (SPINDOLA, 2000; GOMIDE, 2009). Ou seja, as conquistas femininas resultaram em sobrecarga de papéis assumidos, impondo a face perversa das obrigações domésticas especialmente às mulheres casadas que trabalhavam fora e vivenciavam muitas pressões (PINTO et al., 2011).

A luta das mulheres por igualdade entre os gêneros teria grandes avanços com o surgimento do movimento feminista, que, enquanto movimento social, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina (COSTA, 2005).

No Brasil a condição da mulher não foi diferente da do restante do mundo: a mulher brasileira foi subjugada à condição de total submissão, a ponto de jurídica-

mente ser-lhe negada a capacidade absoluta. Era proibida sua manifestação social, estudo e trabalho sem o consentimento do pai ou do marido, e foi somente com a lei 4.121, de 27 de agosto de 1962, o Estatuto da Mulher Casada, que ela passou a ser considerada absolutamente capaz, iniciando a sua caminhada na busca da própria identidade (CACHAPUZ, 2004).

As últimas décadas denotam uma transformação no papel e na posição das mulheres brasileiras, especialmente as das camadas médias da população. O crescente empobrecimento dessas camadas médias, aliado ao aumento das despesas com educação dos filhos, saúde e outras necessidades consideradas básicas, impulsionou as mulheres a buscar um trabalho fora de casa (LOSADA; ROCHA-COUTINHO, 2007). No entanto, o mercado de trabalho brasileiro após décadas ainda não sofreu grandes alterações nesse quadro: o diferencial salarial entre gêneros continua discriminatório quanto à inserção e aos rendimentos de homens e mulheres alocados em uma mesma ocupação (CAMBOTA; PONTES, 2007).

A discriminação da mulher no Brasil no tempo presente se tornou ainda mais evidente diante da ocorrência da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, que assolou o mundo. O primeiro caso de covid-19 confirmado surgiu na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, dando início a uma epidemia causada por um novo vírus da família *Coronaviridae*, o Sars-CoV-2, que provoca a doença denominada covid-19. Tendo ela se espalhado rapidamente por todo o mundo, foi declarado, então, o estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Diante desse contexto, similarmente ao ocorrido em outras partes do mundo, o Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2020) decretou como medida de contenção do vírus o distanciamento social até que o suprimento de equipamentos e equipes de saúde estivesse disponível em quantidade suficiente. Em virtude da pandemia e do isolamento social, a economia acabou entrando em estado crítico, pois grande parte das micro e pequenas empresas brasileiras tiveram de fechar as portas ou funcionar com restrições.

Especificamente no que concerne ao litoral do Paraná, Anacleto e Prazeres (2020) relatam que houve forte adesão ao sistema de quarentena, e que a contenção do vírus trouxe fortes efeitos colaterais à economia regional, em especial às pequenas empresas, que tiveram forte redução da capacidade comercial, colocando em risco a perenidade de seus empreendimentos e gerando demissões. A pandemia gerou, em média, uma redução na movimentação financeira de 53,05% nos negócios regionais, e em alguns setores essa redução foi de até 81%, tendo sido esta uma das principais causas do endividamento generalizado das empresas e pessoas.

O endividamento pode ser compreendido como a efetivação do interesse do indivíduo em adquirir bens e serviços, sujeitando-se, muitas vezes, a gastar mais do que permite a sua renda mensal (SIEBEL; ZDANOWICZ, 2019). As causas da ocorrência desse desnível entre renda e gastos têm origem em vários fatores; Dynan e Kohn (2007) relatam que existe por parte das empresas financeiras uma facilitação do acesso ao crédito, o que gera uma pseudoautonomia para as pessoas escolherem o querem

A mulher deixou de ser apenas uma parte da família para se tornar a comandante dela em muitas situações, especialmente por causa do mercado de trabalho, promovendo uma ruptura no quadro de dependência e submissão em relação ao gênero masculino nas questões sociais e econômicas. Porém ainda existem enormes lacunas a serem preenchidas na busca pela igualdade, e as consequências da pandemia explicitaram isso de forma acentuada

consumir; no entanto, quanto menor a renda, ou quando não se tem renda suficiente para o posterior pagamento ou capacidade de liquidez a longo prazo, maiores são as complicações dessa autonomia e da facilidade do acesso ao crédito.

O contexto econômico também influencia diretamente no endividamento. Anacleto e Prazeres (2020) constatam que, especificamente no litoral do Paraná, a pandemia do novo coronavírus provocou forte redução de empregos e da renda regional, o que por consequência afetou a renda familiar e ampliou os níveis de endividamento. A pandemia explicitou a resiliência necessária da mulher na luta pela igualdade entre os gêneros. Embora esse seja um fator inerente à mulher moderna, que não declina do direito de decidir sobre o curso de sua vida, a consequência do atual momento vivido em quarentena amplia as ações relativas aos papéis de esposa, mãe, educadora e trabalhadora, e essa nova configuração, similar à do passado, não a desvincula de suas tarefas domésticas. Embora ela valorize o trabalho remunerado, como forma de manter sua independência, ainda permanece arraigada, como parte de suas funções, a tarefa de acompanhar o desenvolvimento da prole, sendo responsável por essa assistência ao mesmo tempo que executa suas atividades profissionais.

A mulher deixou de ser apenas uma parte da família para se tornar a comandante dela em muitas situações, especialmente por causa do mercado de trabalho, promovendo uma ruptura no quadro de dependência e submissão em relação ao gênero masculino nas questões sociais e econômicas. Porém ainda existem enormes lacunas a serem preenchidas na busca pela igualdade, e as consequências da pandemia explicitaram isso de forma acentuada. Segundo Macêdo (2020), para a mulher, que sempre enfrentou preconceitos ao longo da história, em desigualdade ante o homem, o

trabalho nesse período de pandemia adquiriu um sentido particular de honra e de afirmação de si mesma como indivíduo que participa da vida em sociedade. E, ainda que tenha de forma significativa sua qualidade de vida afetada por não poder exercer sua função no local de trabalho, e que tenha sido convocada a assumir sobremaneira as tarefas inerentes a seus papéis para além da profissão sem sair de casa, essa mulher, no enfrentamento e ressignificação do sofrimento na pandemia, é trabalhadora e mãe e assume e supera-se no organizar de seu tempo, inúmeras vezes sem ter tempo para si.

Segundo Martins e Alagia (2020), foram as mulheres que sentiram os primeiros impactos do vírus e de uma crise que é marcada pela precariedade, e atualmente sentem ainda mais fortemente esses impactos da segregação que se traduz na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, já que as mulheres arrimos de família sofrem pressão e impactos maiores devido à necessidade de prover o lar e todas as necessidades familiares sozinhas. Ainda segundo Anacleto e Prazeres (2020), no que tange ao litoral do Paraná, poucos estudos foram realizados para avaliar os impactos da pandemia na região. Sendo assim, buscando subsidiar uma melhor percepção acerca do cenário instalado, apresenta-se o resultado do estudo que visou apurar quais os impactos na vida financeira das mulheres residentes no litoral paranaense durante o período da pandemia de covid-19.

2. METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa exploratória descritiva com abordagem qualitativa e contextual.

2.1. Natureza do estudo

A metodologia do levantamento e do diagnóstico foi realizada com base em pesquisa exploratória, similarmente ao proposto por Piovesan e Temporini (1995), e tem a finalidade de promover uma leitura da realidade diante de eventos causais que se faz relevante conhecer, bem como dos efeitos provocados pela forma como se apresenta seu significado e o contexto em que ela se insere. Quanto à natureza, seguindo o proposto por Anacleto e Prazeres (2020) para estudos relacionados a diagnósticos, a pesquisa é qualitativa, à medida que foi utilizada uma coleta de dados com base na autopercepção das mulheres que participaram do estudo, sem a preocupação com o uso de técnicas estatísticas.

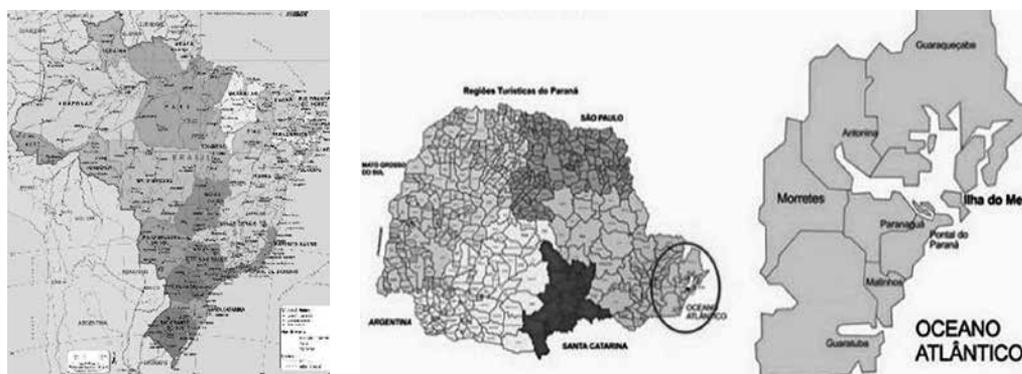
Assim, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa buscou realizar uma abordagem qualitativa e interpretativa do novo cenário instalado pela pandemia, buscando a compreensão específica acerca dos fenômenos em termos dos significados que as mulheres a eles conferiam. Buscou-se também estabelecer uma abordagem contextual de acordo com Galliano (1986) e Marion, Dias e Traldi (2002), analisando as relações da pandemia e do endividamento com outros fatos, como as questões sociais e psicológicas.

Dessa forma, o diagnóstico se constituiu no retrato acerca do novo cenário instalado e dos impactos atualmente vividos diante da pandemia do novo coronavírus por 221 mulheres.

2.2. Caracterização da região do estudo

O litoral do Paraná é composto pelos municípios de Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná. A população regional, segundo o IBGE (2020), é superior a 250 mil habitantes, sendo 51,1% mulheres, e a renda per capita média da população é de R\$ 765,85. Segundo o IparDES (2020), as mulheres economicamente ativas no litoral paranaense totalizam 52.258, representando cerca de 40% da população econômica ativa na região.

Figura 1 — Localização geográfica dos municípios litorâneos do Paraná



Fonte: IBGE (2020).

2.3. Período das visitas, coleta e análise dos dados

A pesquisa de campo ocorreu entre maio e julho de 2020, entrevistando-se 221 mulheres que se dispuseram a colaborar nos sete municípios da região litorânea do Estado do Paraná.

De acordo com o proposto por Vergara (2015), a coleta de dados ocorreu com entrevista semiestruturada, com um roteiro de perguntas pré-elaborado. A entrevista em questão foi realizada por intermédio de ferramentas digitais, devido ao isolamento social, e o convite foi realizado com a divulgação nas redes sociais.

Inicialmente, as entrevistadas responderam a perguntas acerca do seu perfil socioeconômico, e posteriormente responderam a questões acerca dos impactos da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus nos aspectos sociais, psicológicos e econômicos.

As implicações sociais e psicológicas foram aferidas considerando-se a auto percepção das entrevistadas sobre as implicações em si; para tal, foi utilizada a escala somatória ou escala de Likert, com 10 pontos para a avaliação do grau atribuído pelas entrevistadas que promoveram uma categorização hierárquica, sendo

o correspondente a nenhum impacto, e 10, ao maior nível de impacto sofrido pela pandemia, para assim compreender a complexidade dos ambientes psicossociais e a interlocução direta das entrevistadas nesse contexto, conforme também descrito por Zanelli (2002).

As implicações econômicas foram aferidas com o uso de perguntas dirigidas com o objetivo de mapear os níveis de renda obtida com o trabalho e apurar se havia ocorrido ampliação ou não do endividamento no período da pandemia.

Após a coleta de dados, foi realizada a análise interpretativa por meio da técnica de triangulação de dados (LAKATOS; MARCONI, 2007), classificando elementos de causa e efeito da pandemia que pudessem revelar tendências entre as mulheres entrevistadas, e assim como buscou-se homogeneizar os objetos possíveis dentro de grupos, também buscou-se maximizar a heterogeneidade entre o grupo investigado, conforme proposto por Vergara (2015).

A análise dos dados buscou identificar a existência de correlações entre a variável *nível de endividamento* e as variáveis *escolaridade*, *arranjo familiar*, *renda*, *idade* e *estado civil*, que foram consideradas fatores explicativos.

Adotou-se a distribuição etária conforme o IBGE (2020), e a classificação da condição econômica de acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2020).

Em princípio, conforme o proposto por Hair et al. (2009), foi verificada a intensidade das correlações referentes a idade, escolaridade e condição econômica sobre os níveis de endividamento. Foram aplicados os testes de Wilcoxon Mann-Whitney e Kruskal-Wallis, seguidos do teste de comparação múltipla das médias de Dunn, em nível de significância de 5% ($p < 0,05$) (HAIR et al., 2009). A normalidade dos dados, de acordo com os mesmos autores, foi analisada pelo teste de Kolmogorov-Smirnov, ao nível de $p < 0,05$.

3. RESULTADOS

O estudo revelou que 38,9% das respondentes informaram ser cada qual a principal responsável pela renda familiar e que, em contexto geral, gastavam em média 44,2% da renda nas despesas fixas de sobrevivência da família. No entanto, 39,1% das entrevistadas se consideravam endividadas no período de realização da pesquisa, ou seja, consideravam enfrentar excesso de dívidas, tendo as mesmas entrevistadas declarado que já se valeram de processos de renegociação de dívidas, como prorrogação, refinanciamento ou parcelamento de valores.

Em relação à faixa etária, a idade média das entrevistadas era 31,7 anos. A faixa etária predominante (46,15%) era entre 18 e 25 anos, sendo que em relação à idade não houve variação estatística significativa no endividamento das mulheres entrevistadas (tabela 1).

Tabela 1 — Proporção de endividamento das mulheres nos últimos 12 meses, por faixa etária (total de respostas = 221)

Faixa etária (anos)	% do total	Endividamento (% da faixa etária)
18 a 25	46,15	30,0a
26 a 35	29,12	28,7a
36 a 45	13,57	26,2a
46 a 55	8,45	28,8a
56 a 65	2,71	30,8a

Valores seguidos de uma mesma letra não diferem estatisticamente entre si (teste de Wilcoxon). Não houve entrevistadas com mais de 65 anos ou menos de 18 anos.

O estado civil da mulher é um fator de influência no endividamento, dado que a pesquisa revelou que as mulheres divorciadas apresentavam maior média de endividamento ($p = 0,062$), sendo significativas as diferenças em relação aos outros grupos. O estudo revelou ainda que as mulheres solteiras são as que apresentavam a menor taxa de endividamento (tabela 2).

Tabela 2 — Proporção de endividamento das mulheres nos últimos 12 meses, por estado civil (total de respostas = 221)

Estado civil	% do total	Endividamento (% do estado civil)
Casada	44,7	26,91a
Divorciada	5,98	33,46b
Solteira	49,32	26,12a

Notas: p – valor de significância do teste de Kruskal-Wallis. Letras iguais (a ou b) não diferem estatisticamente entre si; $p < 0,05$. Não houve ocorrência de outros estados civis.

O estudo revelou uma tendência moderada ($p = 0,018$) em relação à escolaridade, sendo que, à medida que a mulher avança na escolaridade, menor é o percentual de comprometimento da renda familiar em relação ao endividamento (tabela 3).

Tabela 3 — Proporção de endividamento das mulheres nos últimos 12 meses, por grau de escolaridade (total de respostas = 221)

Escolaridade	% do total	Endividamento (% em relação a escolaridade)
Nível fundamental	7,23	30,01a
Nível médio	56,6	28,02ab
Graduação	19,4	27,43ab
Pós-graduação	16,74	26,05b

Notas: p – valor de significância do teste de Kruskal-Wallis. Letras iguais (a ou b) não diferem estatisticamente entre si; $p > 0,05$, no teste de comparações múltiplas pelo procedimento de Dunn.

No que se refere à renda familiar mensal entre as mulheres entrevistadas, observou-se que a renda não é fator decisivo para o endividamento, ou seja, mulheres que ganham muito também se endividam, revelando-se que não há uma tendência direta na relação entre a renda e o endividamento. No entanto, observou-se que as mulheres que tinham a maior renda também apresentavam os maiores índices de endividamento, sendo as diferenças estatísticas significativas ($p = 0,326$) em relação às outras classes avaliadas (tabela 4).

Tabela 4 — Proporção de endividamento das mulheres nos últimos 12 meses, por faixa de renda familiar mensal (total de respostas = 221)

Renda (R\$)	% do total	Endividamento (% em relação a renda)
Até 599	8,59	23,3a
600 a 1.349	23,98	32,3b
1.350 a 2.249	34,38	27,6ab
2.250 a 3.999	19,95	26,7ab
4.000 a 7.799	9,50	20,05a
7.800 a 18.799	3,60	34,28c

Notas: p – valor de significância do teste de Kruskal-Wallis. Letras iguais (a, b ou c) não diferem estatisticamente entre si; $p > 0,05$, no teste de comparações múltiplas pelo procedimento de Dunn.

O número médio de pessoas por domicílio era em média de 3,47, e não houve relação entre o número de pessoas na família e o índice de endividamento feminino.

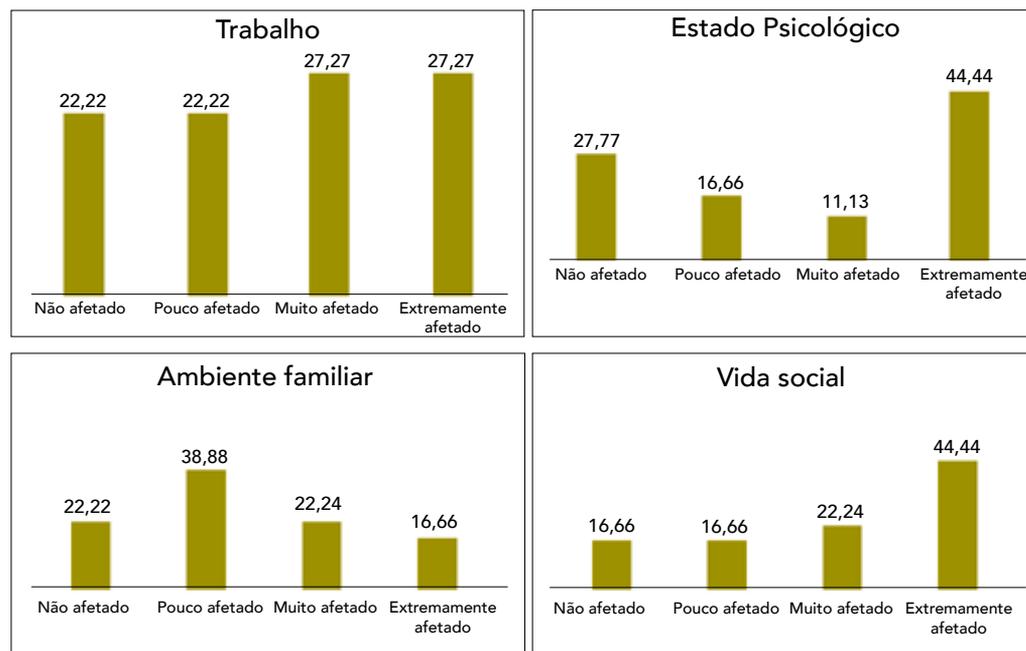
A maioria das entrevistadas (69,01%) relataram que faziam algum tipo de acompanhamento mensal de suas dívidas, porém de forma empírica. A minoria (19,5%) utilizava algum tipo de controle formal, como planilhas ou agendas para controle das dívidas.

A maioria das entrevistadas, justamente por se considerarem endividadas, relataram que não possuíam nenhum tipo de investimento ou poupança para situações emergenciais, e 31,9% das mulheres relataram que esperavam o 13º salário, férias ou outro tipo de bonificação para realizar o pagamento de contas.

No que tange às práticas de consumo, a maioria das entrevistadas (82,8%) informou que no cenário atual realizava compras apenas para atender às necessidades; no entanto, 16,3% das entrevistadas informaram que invariavelmente aproveitavam oportunidades quando compensadoras, fazendo novas compras. Sobre a frequência na formação de dívidas, 45,9% declararam que criavam novas contas com regularidade, e a maioria absoluta (85,3%) das entrevistadas fizera algum tipo de parcelamento de dívidas, tendo a pandemia de covid-19 agravado o processo de endividamento, já que houve a necessidade de recorrer a empréstimos para que fosse possível manter o equilíbrio das dívidas.

A pandemia provocou múltiplas e variadas alterações no contexto de vida das mulheres, tendo sido possível observar que a esfera familiar foi classificada como a menos afetada. No entanto, nas outras esferas avaliadas uma significativa parte das entrevistadas apresentou reflexos originários da pandemia, especialmente nas questões psicológicas, pois foram relatados elevados graus de ansiedade, medo, estresse e insônia desencadeados pelo distanciamento social e a incerteza quanto ao futuro (figura 2).

Figura 2 – Principais impactos da pandemia nas mulheres após o início da pandemia (total de entrevistas = 221; valores em %)



4. DISCUSSÃO

A mulher brasileira tem assumido um maior protagonismo nas últimas décadas no que tange à responsabilidade e liderança familiar. As mulheres no Brasil de forma definitiva estão rompendo as arcaicas convenções sociais que atribuíam ao marido a função de provedor do lar. No entanto, a reversão dessa situação tão arraigada na cultura brasileira foi se modificando lentamente, e, apesar de tantas conquistas, ainda se evidencia a desigualdade de tratamento imposta por uma sociedade essencialmente machista, que impõe à mulher menores salários do que os dos homens para a realização das mesmas atividades, mesmo que o resultado da atuação das mulheres seja similar ao masculino. Essa situação, também relatada por Martins e Alagia (2020), tem se agravado na pandemia de covid-19.

A mulher brasileira, com muito esforço, deixou o espaço privado e os cuidados com o marido e filhos e passou a ocupar significativos espaços no mercado de trabalho. No entanto, apesar de ela assumir essa nova atividade, o estudo revelou

O conjunto dessas demandas e o isolamento social, atrelados à questão financeira, contribuem de forma significativa para que ocorram desgastes físicos e mentais, que podem resultar no surgimento ou agravamento de doenças contemporâneas como o cansaço e o estresse

que, no que concerne ao litoral do Paraná, e similarmente às outras regiões do Brasil e do mundo, as conquistas obtidas não eximiram a mulher das antigas atribuições, e durante a ocorrência da pandemia impôs-se às mulheres a ampliação das suas atividades. A quarentena tem gerado para a mulher residente no litoral do Paraná uma sobrecarga de funções: em muitos casos, além das questões domésticas com os filhos, que não estão indo às escolas, ela cumpre a função de mãe, auxilia-os nos estudos e ainda necessita trabalhar de forma remota.

O estudo revelou outro grave problema derivado da pandemia, dado que 38,9% das respondentes informaram ser, cada qual, a principal responsável pela renda familiar, que estavam em processo de negociação de dívidas pessoais e que se autopercebiam como mulheres endividadas. Nesse contexto, três fatores merecem cuidadosa análise: o primeiro é que a pandemia reduziu a renda da região litorânea do Paraná, conforme relatado por Anacleto e Prazeres (2020); o segundo fator se refere ao fato de que as famílias em quarentena acabaram por ter as despesas domésticas ampliadas; e, finalmente, a falta de preparo para lidar com o orçamento doméstico e de competência efetiva para administrar o próprio dinheiro também contribuiu para causar a situação de endividamento.

Ferreira (2008) assegura que situações atípicas como a crise instalada e a associação entre número de filhos e empregos precários, ou mesmo o desemprego, acabam colaborando para que ocorra endividamento, visando satisfazer às necessidades básicas da família.

O estudo revelou que as mulheres divorciadas e com menor escolaridade eram as que apresentavam os maiores níveis de endividamento. A mulher, nesses casos, diante da impossibilidade da divisão dos trabalhos com um parceiro, além das atividades de trabalho assume as diversas atividades do seu cotidiano, o que contribui para a sobrecarga física e emocional nesses dois grupos, a qual, em muitas situações, ocasiona distúrbios no organismo. A situação tende a ser agravada nas mulheres que, além das atividades como empregadas, também são mães. Esses pressupostos foram

corroborados no presente estudo, dado que significativas parcelas das entrevistadas informaram ter desenvolvido doenças em função da ampliação das atividades durante o período de pandemia.

O conjunto dessas demandas e o isolamento social, atrelados à questão financeira, contribuem de forma significativa para que ocorram desgastes físicos e mentais, que podem resultar no surgimento ou agravamento de doenças contemporâneas como o cansaço e o estresse, tendência evidenciada no presente estudo nas mulheres de todas as classes avaliadas, independentemente de idade, estado civil e arranjo familiar, sendo que entre as entrevistadas foram significativos os relatos de problemas psicológicos relacionados ao medo, ansiedade, estresse, temor e incerteza quanto ao futuro.

Segundo Artifon e Piva (2014), os problemas psicológicos podem resultar na ampliação dos processos de endividamento. Essa condição se dá devido ao fato de que muitas vezes as reações de determinados grupos de indivíduos a uma situação de pressão podem resultar numa compra compulsiva, o que dá uma sensação momentânea de satisfação e, no entanto, na sequência provoca um agravamento da situação, relacionado à falta de renda e à elevação do endividamento. Urge considerar que quando dívidas atingem um volume excessivo, no qual o descontrole financeiro desnorreia o orçamento mensal, chega-se ao ponto de superendividamento. Nesse contexto, Siebel e Zdanowicz (2019) afirmam que o problema acaba ultrapassando o limite da economia e atinge a saúde, e pode inclusive ampliar o endividamento em si, com a necessidade urgente de aquisição de remédios e tratamentos terapêuticos.

Outro reflexo do endividamento feminino, além da exposição, sofrimento emocional e sintomas físicos, é que a capacidade produtiva no trabalho também acaba por diminuir, e o problema se amplia da esfera individual para as questões coletivas da família. Segundo Artifon e Piva (2014), não é incomum que relacionamentos fiquem abalados ou sejam rompidos. Os filhos acabam por sentir os impactos devido ao fato de que, entre as formas de equilibrar o orçamento doméstico, a redução de gastos com lazer é uma das primeiras a ser adotada, e a reclusão e isolamento social ampliam as dificuldades de manter a saúde psíquica, incluindo o descanso, que é vital para a realização das múltiplas atividades desenvolvidas pelas mulheres em seu cotidiano em período de quarentena.

As observações até o momento efetuadas são evidentes na região do litoral do Paraná, especialmente dada a escassez de alternativas de renda, com a redução das atividades econômicas. O litoral do Paraná apresenta carência de alternativas de renda para a população, o que faz com que significativa parte das entrevistadas conte com apenas uma fonte de renda mensal. Em situação de desemprego ou pandemia, muitas mulheres arrimos de família estão sendo obrigadas a deixar de cumprir com seus compromissos financeiros por não possuir nenhum tipo de renda extra, reserva econômica ou alternativa de novos trabalhos.

Rocha et al. (2017) afirmam que uma efetiva autonomia da mulher passa pelo reconhecimento de que seu bem-estar sofre influência direta de sua independência econômica, que também reflete em sua emancipação social. Nesse contexto, parece

Outro reflexo do endividamento feminino, além da exposição, sofrimento emocional e sintomas físicos, é que a capacidade produtiva no trabalho também acaba por diminuir, e o problema se amplia da esfera individual para as questões coletivas da família. Segundo Artifon e Piva (2014), não é incomum que relacionamentos fiquem abalados ou sejam rompidos

óbvio, o planejamento econômico é essencial para que as famílias possam manter o equilíbrio nos gastos. No entanto, essa técnica nem sempre se faz facilitada a todas as pessoas, em especial à mulher que precisa, de forma simultânea, desenvolver grande quantidades de atividades e dispõe de pouco tempo para si ou para a organização das atividades domésticas. Assim, visualizar quais as reais demandas e necessidades da família e ter uma visão de futuro relacionando renda, alternativas de consumo e período de tempo se faz necessário. A falta de conhecimento sobre finanças pode ocasionar gastos excessivos ou desnecessários, que poderiam ser evitados caso houvesse uma programação prévia do quanto e de qual forma os gastos podem ser realizados.

A organização de um planejamento econômico familiar exige disciplina e dedicação de todos os membros da família, e deve ser considerado um tópico de essencial importância, que necessita receber a colaboração de todos. Segundo Anacleto, Coelho e Curvelo (2016), a organização de custos pode ser feita de diversas formas, e recorrer a um simples demonstrativo contábil de custos deve ser a primeira ação a ser tomada pela família, podendo apresentar significativos resultados no controle da renda familiar. Apesar da simplicidade, a elaboração de planilhas com a discriminação do total das despesas em relação à renda recebida permite conhecer o quanto cada tipo de despesa representa em face dos custos. Ainda segundo Anacleto, Coelho e Curvelo (2016), a adoção dessa ferramenta gerencial permite à mulher conhecer a real situação econômica da família, de modo a tomar as decisões mais adequadas.

5. CONCLUSÃO

A crise instalada pela covid-19 provocou impactos na vida financeira das mulheres residentes no litoral paranaense durante o período da quarentena. A pandemia provocou múltiplas e variadas alterações no contexto de vida das mulheres, tendo sido relatados, inicialmente, aqueles relacionados à renda familiar.

O estudo revelou que 38,9% das respondentes informaram ser, individualmente, as principais responsáveis pela renda familiar, percentual similar ao das entrevistadas que declararam estar endividadas, 39,1%.

Os principais fatores associados ao endividamento de mulheres foram o estado civil, dado que as mulheres divorciadas apresentaram a maior média de endividamento, e a escolaridade, tendo sido observado que, à medida que a mulher avança na escolaridade, menor é o percentual de comprometimento da renda familiar em relação ao endividamento.

O estudo também revelou que apenas 19,5% possuíam algum tipo de controle formal das dívidas. Assim, finalmente conclui-se que a organização de um planejamento econômico simplificado, com uso de ferramentas elementares, como o controle de custos, pode ser uma alternativa para reduzir os níveis de endividamento entre as mulheres entrevistadas.

Foram relatados pelas entrevistadas reflexos originários da pandemia nas questões psicológicas, como o elevado grau de ansiedade, medo, estresse e insônia desencadeados pelo distanciamento social e a incerteza quanto ao futuro. Os problemas psicológicos podem ter gerado um maior consumo, o que pode ter contribuído para o maior endividamento.

Sendo assim, diante desse cenário, urge que as mulheres que se encontram nesse quadro de endividamento busquem ajuda especializada nos aspectos psicológicos ou a autocapacitação nas questões de orçamento doméstico, a fim de que seja possível minimizar tais efeitos, visando a reduzir o consumo desnecessário como forma de sanar a questão do endividamento e, conseqüentemente, obter uma melhoria nos aspectos psicológicos.

O estudo permitiu observar que mulheres com renda elevada também apresentaram endividamento. Assim, recomenda-se a realização de novos estudos no sentido de mais bem compreender a tendência observada.

* Doutor em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Administrador. Professor do Programa de Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares e do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) *E-mail*: adilson.anacleto@unespar.edu.br

** Graduanda em Administração pela Unespar, Campus Paranaguá. Pesquisadora de iniciação científica. *E-mail*: soares.ferc@gmail.com

*** Graduanda em Administração pela Unespar, Campus Paranaguá. Pesquisadora de iniciação científica. *E-mail*: femeniasnatalia@gmail.com

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em outubro de 2020.

ABEP. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. 2019. Disponível em: <www.abep.org>. Acesso em: 5 jul. 2020.

ANACLETO, Adilson; COELHO, Andersandra Pereira; CURVELO, Eder Bruno Couto. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do Paraná. **Revista Faz Ciência**, v. 18, n. 27, p. 118-139, jan.-jun. 2016.

ANACLETO, Adilson; PRAZERES, Allan Santos Grein. Novo coronavírus (covid-19) e a crise econômica: impactos nas pequenas empresas. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 43, p. 169-175, 2020.

ARTIFON, Simone; PIVA, Maristela. Endividamento nos dias atuais: fatores psicológicos implicados neste processo. **Psicologia**, v. único, p. 1-41, 2014.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) em povos indígenas**. Brasília: Secretaria Especial de Saúde Indígena, 2020. Disponível em: <<https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Publica%C3%A7%C3%B5es%20em%20PDF/Plano%20de%20Conting%C3%Aancia%20da%20Sa%C3%BAde%20Indigena%20Preliminar.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. Da família patriarcal à família contemporânea. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 4, n. 1, p. 69-77, 2004.

CAMBOTA, Jacqueline Nogueira; PONTES, Paulo Araújo. Desigualdade de rendimentos por gênero intraocupações no Brasil em 2004. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 11, n. 2, 2007.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DYNNAN, Karen E.; KOHN, Donald L. **The rise in U.S. household indebtedness: causes and consequences**. Washington D.C.: Federal Reserve Board, 2007. Disponível em: <<https://scholar.harvard.edu/files/kdynan/files/200737pap.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2020.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Psicologia econômica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. A influência da profissão no estilo parental materno percebido pelos filhos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 25-34, 2009.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411820&r=2>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

IPARDES. **Cadernos Municipais**. Disponível em: <www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>. Acesso em: 5 set. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOSADA, Beatriz Lucas; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: o caso das pequenas empresárias. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 493-502, set.-dez. 2007.

MACÊDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia covid-19: tecendo sentidos. **Revista do Nufen**, Belém, v. 12, n. 2, p. 187-204, maio-ago. 2020.

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para cursos de pós-graduação**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Fernanda; ALAGIA, Laura. Guerra contra as mulheres: uma análise feminista da violência sobre a precarização de mulheres e os efeitos da pandemia. **Revista Opinião Filosófica**, v. 11, ed. esp. 2, set. 2020.

OMS. **Coronavirus disease (covid-19) pandemic**. World Health Organization. Disponível em: <www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 24 abr.2020.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, p. 167-179, 2011.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.

ROCHA, Betty Nogueira et al. A dimensão de gênero no índice de vulnerabilidade social (IVS): alguns apontamentos teóricos e analíticos. In: IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 16, p. 83-92, jan.-jun. 2017.

SIEBEL, Daiana Clébia; ZDANOWICZ, José Eduardo. Endividamento pessoal mediante o uso do cartão de crédito pelos trabalhadores de uma indústria calçadista no município de Sapiranga-RS. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica**, n. 10, p. 67-90, 2019.

SILVA, Thálita Cavalcanti Menezes da; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VIEIRA, Luciana Leila Fontes. Família, trabalho, identidades de gênero. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 1, p. 151-159, 2010.

SPINDOLA, Thelma. Mulher, mãe e... trabalhadora de enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 34, n. 4, p. 354-361, 2000.

_____; SANTOS, Rosângela da Silva. Mulher e trabalho: a história de vida de mães trabalhadoras de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, n. 5, p. 593-600, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

ZANELLI, José Carlos. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. esp. p. 79-88, 2002.